



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Superintendência Regional de Regularização Ambiental - Sul de Minas

PARECER UNICO  
Processo: 00689/2004/004/2012  
Documento: 00573692/2014  
Pag.: 000

313  
up

PARECER ÚNICO SUPRAM SUL  
Indexado ao(s) Processo(s)

PROTOCOLO Nº.0573692/2014

Licenciamento Ambiental Nº 0689/2004/004/2012	Revalidação de Licença de Operação	Arquivamento
--	---------------------------------------	--------------

Empreendimento: <b>Mineração Vilas Boas Ltda.</b>	
CNPJ: <b>01.543.729/0001-77</b>	Município: <b>São Thomé das Letras</b>

Unidade de Conservação: Não está inserido no interior ou zona de amortecimento de unidade de conservação

Bacia Hidrográfica: **Rio Grande**

Sub Bacia: **Rio Verde**

Atividades objeto do licenciamento:		
Código DN 74/04	Descrição	Classe
A-02-06-5	Lavra a céu aberto com ou sem tratamento – rochas ornamentais e de revestimento (Quartzito)	3
A-05-04-5	Pilha de rejeito/estéril	3
A-05-05-3	Estrada para transporte de minério/estéril	1

Responsáveis Técnico pelo Empreendimento: Ricardo Luiz Malta Pena	Registro de classe CREA MG – 56.828
Responsável Técnico pelos Estudos Técnicos Apresentados Ricardo Luiz Malta Pena	Registro de classe CREA MG – 56.828
Processos no Sistema Integrado de Informações Ambientais – SIAM	<b>SITUAÇÃO</b>

Data: 14/08/2013

Equipe Interdisciplinar:	Registro de classe	Assinatura
Thiago Lacerda Moraes	MASP 1225590-7	
Anderson Ramiro de Siqueira Diretor Regional de Controle Processual	MASP 1051539-3	
Ciente: Cezar Augusto Fonseca e Cruz Diretor Regional de Apoio Técnico SUPRAM SM	MASP 1147680-1	

SUPRAM – SM	Av. Manoel Diniz, 145, Bairro Industrial JK – Varginha/MG CEP 37062-480 Tel: (35) 3229-1816 ou 3229-1817	DATA: 29/05/2014 Página: 1/6
-------------	---	---------------------------------



314  
wp

## 1. INTRODUÇÃO

A empresa Mineração Vilas Boas Ltda. formalizou processo de Revalidação de Licença de Operação para as atividades de "Lavra a céu aberto com ou sem tratamento – rochas ornamentais e de revestimento (Quartzito); Pilha de rejeito/estéril e Estrada para transporte de minério/estéril", o qual foi arquivado pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental – SUPRAM SM em 06/06/2014, tendo em vista o não atendimento a informações complementares.

A publicação da decisão ocorreu junto à imprensa oficial em 08/03/2014.

Em 18/03/2014, a empresa propôs recurso ao arquivamento do processo, com fundamento no artigo 19 do Decreto Estadual nº 44.844/08, abaixo reproduzido:

*"Art. 19. Compete à Câmara Normativa e Recursal - CNR do COPAM decidir, como última instância administrativa, recurso de decisão relativa ao requerimento de licença ambiental emitida pela URC ou SUPRAM, admitida reconsideração por estas unidades."*

A Superintendência Regional de Regularização Ambiental – SUPRAM Sul de Minas, possui a faculdade que lhe foi conferida na parte final do artigo reproduzido acima, ou seja, pode deliberar pela reconsideração da decisão, dando continuidade a análise técnica e jurídica ao processo de licenciamento. Caso a Superintendência mantenha a decisão, o recurso será pautado para deliberação da Câmara Normativa Recursal - CNR, que poderá rever o ato de arquivamento, para dar continuidade ao processo de revalidação ou confirmar a decisão da Superintendência.

Este parecer objetiva subsidiar as instâncias recursais: Superintendência Regional de Regularização Ambiental – SUPRAM Sul de Minas e Câmara Normativa e Recursal - CNR para tomada de decisão analisando as razões do recurso que foi apresentado pela empresa contra a decisão do arquivamento do processo.

## 2. ADMISSIBILIDADE

A Resolução SEMAD nº. 1204/2010, que dispõe sobre o trâmite de recursos a serem encaminhados para julgamento na Câmara Normativa e Recursal - CNR do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, no artigo 2º dispõe que:

*"Art. 2º - Os recursos contra pedido de licenciamento ambiental a serem pautados na CNR do COPAM deverão estar instruídos com Juízo de Admissibilidade, Parecer Único sobre o recurso a ser emitido pela SUPRAM responsável pela análise e decisão da Unidade Regional Colegiada - URC do COPAM sobre a possibilidade de reconsiderar sua decisão recorrida."*

O juízo de admissibilidade consiste na verificação da tempestividade da interposição do recurso. O recurso é tempestivo e integra este processo o juízo de admissibilidade.



A reconsideração da decisão deve ser feito pelo Superintendente Regional de Regularização Ambiental, já que o processo foi arquivado por seu ato.

### 3. DISCUSSÃO

#### 3.1 Relatório:

A empresa Mineração Vilas Boas Ltda. tentou formalizar processo de revalidação da licença de operação de seu empreendimento, vindo a ser obstaculizado pela SUPRAM Sul de Minas tendo em vista a empresa possuir débito junto a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD.

Em razão do impedimento, ingressou com o Mandado de Segurança nº. 0237136-09.2012 na Comarca de Varginha/MG, obtendo liminar para que a SUPRAM Sul de Minas formalizasse seu processo de licenciamento, o que foi feito em 31/08/2012.

Com a análise do processo administrativo 0689/2004/004/2012, em 18/01/2013 foi solicitado informações complementares pela SUPRAM Sul de Minas (Of. 0105396/2013), no sentido de que fosse apresentado pelo empreendedor, alternativa locacional para disposição do rejeito/estéril que será gerado futuramente, tendo em vista que a pilha de rejeito/estéril que é utilizada atualmente para disposição dos resíduos da mineração está localizada, no entorno de proteção adicional de 250m, em projeção horizontal, da Gruta do Carimbado e, ainda, apresentar diagnóstico do patrimônio espeleológico e Avaliação de Relevância da cavidade.

Para o cumprimento das informações complementares, foi concedido o prazo de 180 dias, sendo recebido pelo empreendedor em 09/01/2013.

Em 16/07/2013, o empreendedor apresentou justificativa pela não apresentação das informações complementares, informando que haveria embargo do IBAMA e da Justiça junto à área objeto de estudo, o que impediria a realização do diagnóstico do patrimônio espeleológico. Informou ainda, que teria apresentado ao IBAMA estudos técnicos que diminuiriam o raio de entorno da projeção horizontal da Gruta do Carimbado.

Em 13/08/2013, através do ofício nº. 1.030/2013, a SUPRAM Sul de Minas reiterou o ofício de informações complementares de 18/01/2013, inclusive autorizando o acesso para a realização dos Estudos Espeleológicos junto a Gruta do Carimbado.

Em 18/10/2013, novamente veio o empreendedor, rebater a solicitação de informações complementares, argumentando que o IBAMA já teria autorizado a redução do raio, definindo a área de influência definitiva da cavidade em 160m e que não haveria como cumprir o ofício nº. 1.030/2013, já que o mesmo reitera um ofício vencido.

Em 06/03/2014, o processo foi arquivado por não atendimento pelo empreendedor de informações complementares e, tendo em vista o mandado de segurança ter sido julgado extinto por ausência das condições da ação em 18/10/2012.

Não satisfeito, o interessado recorre da decisão, argumentando:

- Que não houve inércia do empreendedor em cumprir com as informações complementares, já que o ofício encaminhado pela SUPRAM Sul de Minas



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Superintendência Regional de Regularização Ambiental - Sul de Minas

datado de 18/01/2013 concedeu o prazo de 180 dias, sendo recebido pela empresa em 19/01/2013;

- Que no dia 16/07/2013 a empresa encaminhou resposta ao ofício de forma tempestiva;

- Que a empresa apresentou a referida solicitação através de estudo realizado em 2009 na área em questão, pela Consultoria Especializada "Spelayon Consultoria", conforme faz prova o documento de fls. 72/155;

- Nesse estudo ficou grafado às fls. 83: "As grutas estão localizadas, em área de influencia de três polígonos minerários, alvos deste estudo: Mineração Vilas Boas – DNPM 832.429/2000; Mineração Alves – DNPM 830.845/78. E Mineração Serra do Carimbado – DNPM 832.432/200 e 831.229/52003 e outros polígonos minerários que porventura estão sobrepostos a região de influencia da gruta;

- Que o Auto de Embargo/Interdição nº. 0249068, expedido pelo IBAMA no dia 30/06/2008 é muito claro ao proibir a realização, instalação e funcionamento de atividade de ordem técnico-científico, espeleológica, étnico cultural, turístico, recreativo e educativo;

- Que por meio de ação civil publica, o Ministério Público pede o embargo judicial acerca da visitação a Gruta, a qual foi acatada pela Poder Judiciário;

- Que o ofício encaminhado pelo Órgão Ambiental sem publicação no Diário Oficial não possuiria condão legal para tornar sem efeitos uma determinação imposta pelo IBAMA;

- Que o argumento da SUPRAM que o processo de Mandado de segurança foi julgado extinto por ausência de condições da ação é incorreto e tendencioso, pois a decisão judicial pôs fim ao processo, em razão da liminar *in specie* ter satisfeito a pretensão inicial;

Assim, pede o empreendedor que a decisão seja revista por seu prolator ou que a URC anule a decisão, determinando o prosseguimento do processo de revalidação da licença de Operação.

### 3.2 Mérito:

Trata-se de revalidação de processo de licença de operação, onde o empreendedor não atendeu as informações complementares solicitadas pelo Órgão Ambiental.

O Ofício nº. 0105393/2013, datado de 18/01/2013 (fls. 229) teve por solicitação a apresentação de duas informações por parte do empreendedor, quais são:

- Tendo em vista que a pilha de rejeito/estéril que é utilizada atualmente para disposição dos resíduos da mineração está localizada no entorno de projeção adicional de 250m da Gruta do Carimbado, segundo a Portaria nº. 887/1990, do IBAMA, apresentar alternativa locacional para disposição do rejeito/estéril que será gerado futuramente;



- Apresentar diagnóstico do patrimônio espeleológico e Avaliação de Relevância da cavidade;

Em 16/07/2013, o empreendedor apresentou ofício protocolado sob o nº. R406689/2013 (fls. 230/232), relatando o seguinte:

- Com relação ao primeiro item das informações solicitadas, a ora requerente assenta que a alternativa locacional para disposição do rejeito/estéril que será gerado, ainda é a pilha que está em utilização, avançando para o interior da cava em lavra e, jamais, no sentido do Carimbado. O empreendedor também trabalha com a hipótese do aproveitamento do estéril, constituindo de rocha quartzítica com alto teor de sílica, matéria de diversos tipos de indústria (vidro, pneu, cerâmica, siderurgia, etc.).
- Que o raio proteção da cavidade não é mais 250 metros, e, segundo o art. 6º, da Portaria nº. 887 1990 do IBAMA, a área de proteção deverá ser definida em estudos técnicos, sendo que até esse estudo aconteçam é que fica estabelecida uma área de proteção de 250 metros;
- Que de acordo com os estudos apresentados ao IBAMA e anexado ao RADA, o entrono de proteção da Gruta do Carimbado de 150 metros a 160 metros;
- Com relação ao diagnóstico do patrimônio espeleológico e a Avaliação de Relevância da Gruta do Carimbado, solicitado, a ora requerente deverá providenciar a elaboração de estudos para definir o grau de relevância da cavidade e para formular diagnóstico sobre o patrimônio espeleológico da cavidade, necessitando, para tanto, que os técnicos contratos adentrem a cavidade, porém a ora requerente informa que, por força do Termo de Embargo/interdição nº. 0249068, de 30.60.2008, expedido pelo IBAMA, conforme cópia anexa, foi proibido a realização, instalação e funcionamento de atividade de ordem técnico-científico, espeleológico, étnico-cultural, turístico, recreativo e educativa na gruta do carimbado;

Ou seja, o próprio ofício juntado às fls. 230/232 assevera que o requerente irá providenciar a elaboração de estudo para definir o grau de relevância da cavidade, não cumprindo assim com a Informação Complementar solicitada.

Frise-se que até o momento o estudo não foi apresentado pelo empreendedor.

O argumento de que estaria impedido de adentrar junto a Gruta para a realização dos estudos necessários em razão de embargo do Ibama, não procede, já que a SUPRAM Sul de Minas, de forma expressa, autorizou a realização do Estudo Espeleológico para a correta instrução do processo de revalidação da LO, através do ofício nº. 1.030/2013 (fls. 240).

Destacamos que a Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010 (Publicação – Diário Oficial da União – 20/12/2010) revogou o § 1º, do art. 4º da Resolução CONAMA nº 347, de 10 de setembro de 2004, a qual dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico. Assim, atualmente, são os Órgãos Ambientais Estaduais os Órgãos competentes para as análises dos processos que envolvam patrimônio espeleológico.



Ademais, o Auto de Embargo e Interdição do IBAMA 0249068 proíbe a realização do Estudo em questão até autorização do órgão ambiental competente, a qual foi feita através do ofício SUPRAM nº. 1.030/2013 (fls. 240).

Quanto aos argumentos de que a decisão judicial que possibilitou a formalização do processo, mesmo com a existência de débito ambiental, lhe foi favorável, razão assiste o recorrente, já que o teor da decisão juntada às fls. 310 é nesse sentido.

Cumprasseverar, que em momento algum a SUPRAM Sul de Minas foi tendenciosa ao interpretar que a extinção do processo por ausência de condições da ação não causa, via consequência, a perda da liminar concedida em seu trâmite, já que além da doutrina assim ensinar, é consequência sumulado pelo Supremo Tribunal Federal - STF:

*STF Súmula nº 405 - 01/06/1964 - DJ de 6/7/1964, p. 2181; DJ de 7/7/1964, p. 2197; DJ de 8/7/1964, p. 2237.*

*Mandado de Segurança Denegado pela Sentença ou no Julgamento do Agravo - Efeito da Liminar Concedida - Retroatividade. Denegado o mandado de segurança pela sentença, ou no julgamento do agravo, dela interposto, fica sem efeito a liminar concedida, retroagindo os efeitos da decisão contrária.*

Assim, a r. sentença judicial, SMJ, deveria ter concedida a segurança e não ter julgado extinto por ausência de condições da ação.

Não obstante razão assistir o recorrente nesse ponto, o principal motivo do arquivamento do processo - Apresentar diagnóstico do patrimônio espeleológico e Avaliação de Relevância da cavidade - não foi cumprido pelo mesmo.

A Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997 determina a pena de arquivamento ao descumprimento de prazos por parte do empreendedor:

*"Artigo 16 - O não cumprimento dos prazos estipulados nos artigos 14 e 15, respectivamente, sujeitará o licenciamento à ação do órgão que detenha competência para atuar supletivamente e o empreendedor ao arquivamento de seu pedido de licença".*

A inércia do empreendedor em não atender o solicitado pelo Órgão Ambiental, por duas vezes, é razão para o arquivamento do processo.

#### 4. CONCLUSÃO

Em razão do exposto, opinamos às instâncias recursais: Superintendência Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM Sul de Minas e Câmara Normativa e Recursal - CNR, a não reconsideração da decisão de arquivamento e indeferimento do recurso administrativo proposto pela empresa Mineração Vilas Boas Ltda.